

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

74 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 15 a 19/03/2021):

1. COMISSÃO EUROPEIA CERTIFICADO VERDE DIGITAL COVID-19	1
Vacinação na UE	2
2. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE	3
AFET e DEVE	3
EMPL	3
ENVI	3
BUDG	3
IMCO	3
3. TRIBUTAÇÃO DA ECONOMIA DIGITAL E PLANEAMENTO FISCAL AGRESSIVO - REUNIÃO DA COF COM A SUBCOMISSÃO FISC DO PE	4
4. RELAÇÕES UE - REINO UNIDO	5
5. AUDIÇÕES DE DEPUTADOS AO PE NA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS	5
6. SÍRIA - 10 ANOS DE CONFLITO	6
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Eurogrupo	6
Ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais	6
Ministros dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Internos (Conselho Jumbo)	7
Ministros da Saúde	7
Ministros responsáveis pela proteção do consumidor	8
Ministros do Ambiente	8
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. COMISSÃO EUROPEIA | CERTIFICADO VERDE DIGITAL | COVID-19

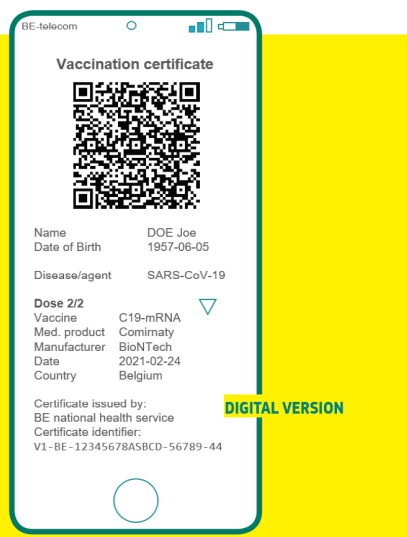
A Comissão Europeia apresentou esta semana a proposta para [um Certificado Verde Digital](#) para facilitar a livre circulação segura dos cidadãos na UE durante a pandemia de COVID-19.

WHAT IS THE DIGITAL GREEN CERTIFICATE?

A Digital Green Certificate is a digital proof that a person:

- ✓ has been vaccinated against COVID-19, or
- ✓ has received a negative test result, or
- ✓ has recovered from COVID-19.

- › Digital and/or paper format
- › With QR code
- › Free of charge
- › In national language and English
- › Safe and secure
- › Valid in all EU countries



A Comissão disponibilizou um [vídeo](#), onde se identificam os [principais elementos](#):

i) O [Certificado Verde Digital](#) abrangerá três tipos de certificados: certificados de vacinação, certificados de testes (NAAT/RT-PCR ou antígenos) e certificados para pessoas que recuperaram da COVID-19. Serão emitidos em formato digital ou em papel, com um código QR e uma assinatura digital.

A Comissão criará um portal dedicado e apoiará os Estados-Membros a desenvolver *software* para verificação em toda a UE. Os certificados estarão disponíveis na língua oficial do Estado-Membro de emissão, bem como em inglês.

ii) **Não discriminação:** todas as pessoas devem beneficiar do Certificado, **quer estejam vacinadas ou não**. Os Estados-Membros seriam obrigados a aceitar, nas mesmas condições, os três certificados (vacinação, testes e imunidade). Esta obrigação seria limitada às vacinas objeto de uma [autorização de introdução no mercado a nível da UE](#), mas os Estados-Membros podem decidir aceitar também outras vacinas.

Se um Estado-Membro continuar a exigir que os titulares de um Certificado Verde Digital sejam sujeitos a quarentena ou teste, deve notificar a Comissão e todos os outros Estados-Membros e explicar as razões que justificam tais medidas.

iii) **Dados pessoais seguros:** os certificados incluirão um conjunto limitado de informações (nome, data de nascimento, número de identificação, data de emissão, informações pertinentes sobre a vacina/testes/recuperação e um identificador único do certificado) e **estes dados só podem ser usados para confirmar a autenticidade e a validade dos certificados**. Nenhum dado pessoal dos titulares de certificados é transmitido no portal ou conservado pelo Estado-Membro que efetua a verificação.

O Certificado Verde Digital é uma **medida temporária**, que será suspensa logo que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar o fim da pandemia de COVID-19. Será válido em todos os Estados-Membros e estará aberto à Islândia, Liechtenstein, Noruega e à Suíça. Deve ser emitido aos cidadãos da UE e aos membros das suas famílias, independentemente da sua nacionalidade, bem como ser emitido aos nacionais de países terceiros que residam na UE e aos visitantes que tenham o direito de viajar para outros Estados-Membros.

Por fim, importa notar que, para estar pronta antes do verão, **esta proposta de regulamento tem de ser rapidamente adotada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho**.

As informações mais recentes sobre as medidas contra o coronavírus estão disponíveis na **plataforma [Re-open EU](#)**.

Vacinação na UE

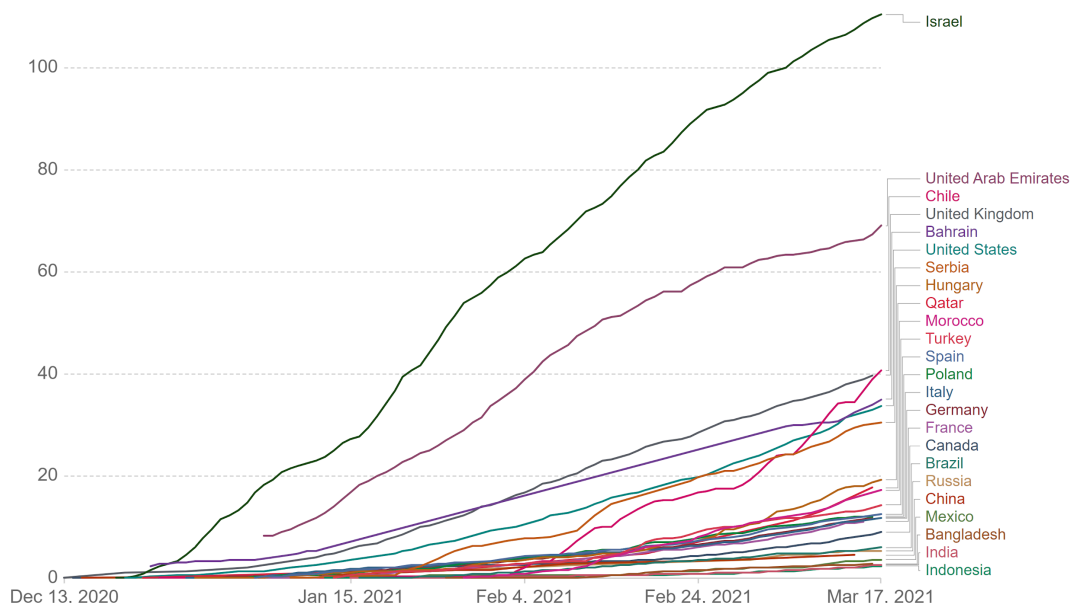
Um grupo de Estados-Membros enviou uma [carta](#) à Presidente da Comissão Europeia sobre o método de alocação das vacinas por Estado-Membro, apelando a um mecanismo corretivo de redistribuição. A Comissão reagiu através de [um comunicado sobre a metodologia de afetação das doses das vacinas](#), onde explica que a decisão de alterar a distribuição *pro-rata* definida inicialmente resulta de uma cláusula de flexibilidade solicitada pelos Estados-Membros.

No que diz respeito à gestão do fornecimento das vacinas na UE e às [restrições de exportação](#), a Presidente da Comissão Europeia [referiu](#) esta semana que a União deve estar preparada para [manter e intensificar essas medidas se não houver reciprocidade](#) da parte dos [outros países](#) que, tendo capacidade de produção de vacinas, não estão a enviá-las para a UE. Finalmente, a Agência Europeia de Medicamentos publicou as suas [conclusões sobre os possíveis efeitos secundários e segurança da vacina da AstraZeneca](#), determinando que “*os benefícios suplantam os potenciais riscos*”. Os dados mais recentes da percentagem de pessoas vacinadas em todo o mundo estão disponíveis [aqui](#). (*Our World in Data, consultado a 18.03.2021*)

COVID-19 vaccine doses administered per 100 people

Total number of vaccination doses administered per 100 people in the total population. This is counted as a single dose, and may not equal the total number of people vaccinated, depending on the specific dose regime (e.g. people receive multiple doses).

Our World
in Data



Source: Official data collated by Our World in Data – Last updated 18 March, 08:40 (London time)

OurWorldInData.org/coronavirus • CC BY

2. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE

AFET e DEVE

As Comissões de Assuntos Externos e de Desenvolvimento [votaram](#) o acordo provisório resultante das negociações interinstitucionais que estabelecem o [Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional - Europa Global](#). Com um orçamento proposto de 79,5 mil milhões de euros para o período 2021-2027, este instrumento irá **reformular a gestão do financiamento da ação externa da União Europeia**, fundindo dez regulamentos já existentes, bem como o Fundo Europeu de Desenvolvimento, num único instrumento, tornando o financiamento da acção externa da UE mais coerente, transparente e flexível.

EMPL

A Comissão de Emprego e Assuntos Sociais realizou uma [audição](#) sobre ***O Futuro Quadro Estratégico de Saúde e Segurança no Trabalho, incluindo o amianto***, para os próximos anos (2021-2027). O [anterior Quadro Estratégico](#) da UE sobre Saúde e Segurança no Trabalho expirou no final de 2020, tendo a Comissão Europeia anunciado um [novo quadro](#), com o objetivo de melhorar os elevados padrões de Segurança e Saúde no Trabalho para os trabalhadores em toda a União. O objectivo principal da audição, que contou com a presença do Comissário Nicolas Schmit, era contribuir para o próximo quadro estratégico, com base na informação recolhida de peritos e partes interessadas na audição.

A Comissão discutiu ainda a [Estratégia da UE para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030](#), com a Comissária para a Igualdade Helena Dalli, e passou em revista a proposta sobre medidas vinculativas de transparência salarial para assegurar a igualdade de remuneração por trabalho igual.

ENVI

Na Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar foi realizada, esta semana, uma [troca de pontos de vista](#) com a **Agência Europeia de Medicamentos (EMA)**, o **Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC)** e a **Organização Mundial de Saúde (OMS)** sobre as variantes COVID e a eficácia das vacinas contra as mesmas. Foi ainda apresentada a comunicação sobre a [Incubadora HERA](#), um plano de preparação de bio-defesa que terá como objetivo aceder e mobilizar todos os meios e recursos necessários, para prevenir, mitigar e responder ao impacto potencial das variantes.

BUDG

A Comissão de Orçamentos organizou uma [audição pública](#) para debater a ***Ligação entre as receitas orçamentais da UE e os objetivos políticos: Como podem os novos recursos próprios contribuir para as prioridades verdes e digitais***. Foram focados os três [novos recursos próprios](#) - taxa sobre o digital, regime de comércio de licenças de emissão revisto e o mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras - e debatida a interação e sinergias entre o setores e os recursos próprios, examinadas com base na contribuição de [peritos externos](#).

IMCO

A Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores [reuniu](#) com o Comissário Reynders para debater as prioridades da política dos consumidores da UE, nomeadamente na área das transições verde e digital, uma vez que a Comissão apresentará uma iniciativa sobre a

capacitação dos consumidores na transição verde, bem como propostas na área digital sobre segurança de produtos e financiamento dos consumidores.

3. TRIBUTAÇÃO DA ECONOMIA DIGITAL E PLANEAMENTO FISCAL AGRESSIVO - REUNIÃO DA COF COM A SUBCOMISSÃO FISC DO PE¹

No dia 17 de março, realizou-se uma [reunião bilateral entre a Subcomissão FISC \(assuntos fiscais\) do PE com a Comissão de Orçamento e Finanças da AR](#), sendo a primeira de um [ciclo de reuniões bilaterais que o PE está a promover com Parlamentos nacionais](#). Foi dirigida pelos Presidentes respetivos, Deputados [Paul Tang](#) e [Filipe Neto Brandão](#), e está disponível [aqui](#)².



Foram debatidos dois temas interrelacionados: **i) a tributação da economia digital** e **ii) o combate à evasão fiscal e planeamento fiscal agressivo**, relacionados com o debate em torno da transparência, da procura de justiça fiscal e da necessária harmonização fiscal na UE.

Sendo a fiscalidade competência soberana de cada país, a maioria dos Deputados destacou a necessidade de **cooperação entre os vários Estados-Membros** em articulação também com as instituições europeias, sendo igualmente crucial evoluir na partilha de informação para ultrapassar as brechas legais utilizadas para evitar o pagamento de impostos. Trata-se, assim, de um **desafio global que exige estratégias comuns**.

A este propósito, alguns Deputados europeus manifestaram preocupações relativas à **competição fiscal entre diferentes jurisdições na UE**, salientando que várias empresas - incluindo portuguesas - exploram estas possibilidades e decidem alterar a sua residência fiscal para outros países, nomeadamente os Países Baixos. Apontaram ainda **fragilidades quanto aos critérios para a definição dos países que integram as listas negra e cinzenta** dos paraísos fiscais da UE, que compararam com os critérios das listas portuguesas.

Os Deputados sublinharam a importância da **adaptação dos sistemas fiscais às exigências de uma economia digitalizada e globalizada**, que fundamenta, conjuntamente com a necessidade de garantir a diversificação das fontes de financiamento de novos recursos próprios do orçamento da UE, **a tributação da economia digital**. Foram discutidas as dificuldades práticas e técnicas dessa tributação, tendo o debate evidenciado algumas posições divergentes nomeadamente no que se refere ao alinhamento europeu relativamente às negociações em curso no quadro da

¹ Ponto elaborado com a colaboração de Maria Ângela Dionísio e da Equipa de Apoio à COF.

² A partir de 10:06:11.

OCDE, caso não seja possível alcançar um acordo brevemente. Também foi profusamente debatida a questão da **definição da taxa mínima de tributação** (o chamado [pilar II](#)).

4. RELAÇÕES UE - REINO UNIDO

Demos nota, na [Síntese anterior](#), que a Comissão Europeia estava a [ponderar ativar os mecanismos legais](#) previstos no Acordo de Saída após o Reino Unido (RU) ter [anunciado unilateralmente a sua intenção de prorrogar](#) o prazo de entrada em vigor dos controlos fronteiriços de mercadorias oriundas do seu território na fronteira com a Irlanda do Norte de 1 de abril para 1 de outubro.

Esta semana, a Comissão enviou uma [carta de notificação para cumprimento, dirigida ao Reino Unido, por violação das disposições materiais do Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte](#), bem como da obrigação de boa-fé decorrente do Acordo de Saída. Tal marca o início de um processo formal por infração contra o RU. O Reino Unido dispõe de um mês para responder à carta. O Primeiro-Ministro irlandês e o Presidente dos EUA emitiram um [comunicado conjunto](#), em que apelam “à correta implementação dos tratados internacionais elaborados para abordar as circunstâncias únicas da ilha da Irlanda.”

Noutra matéria, o **Governo britânico publicou esta semana a sua visão da política externa e defesa após a saída da UE**, num documento estratégico intitulado [Global Britain in a Competitive Age: the Integrated Review of Security, Defence, Development and Foreign Policy](#).

5. AUDIÇÕES DE DEPUTADOS AO PE NA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

No âmbito do **ciclo de audições por videoconferência que a Comissão de Assuntos Europeus (CAE) tem promovido com os Deputados portugueses ao PE sobre a atualidade política europeia**, realizaram-se esta semana reuniões com os Deputados [Carlos Zorrinho](#) (PS/S&D) e [José Gusmão](#) (BE/The Left). Estas audições visam proporcionar uma troca de impressões entre os Deputados ao PE, que apresentam as suas principais áreas de intervenção política, e os Grupos Parlamentares.

Até à data, já se realizaram audições desta natureza com os *Deputados* [Pedro Marques](#), [Pedro Silva Pereira](#), [Maria Manuel Leitão Marques](#) e [Sara Cerdas](#) do PS/S&D, [Paulo Rangel](#) e [Lidia Pereira](#), do PSD/PPE, [Marisa Matias](#), do BE/The Left, [João Ferreira](#) do PCP/The Left, [Nuno Melo](#), do CDS-PP/PPE, e [Francisco Guerreiro](#), dos Verdes.

Além disso, em tempo oportuno, a CAE promoveu igualmente *audições com a Deputada Margarida Marques* (PS/S&D) e *José Manuel Fernandes* (PSD/PP) [antes](#) e [após](#) a apresentação das propostas sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-27, o Fundo de Recuperação e a decisão relativa aos Recursos Próprios da União Europeia, cuja equipa negocial integravam em representação do PE. Sobre a mesma matéria, realizou-se ainda [similar audição com a Comissária portuguesa Elisa Ferreira](#), em junho de 2020.

No próximo dia 23 de março, terão lugar mais duas audições com as *Deputadas ao PE* [Sandra Pereira](#) (PCP/The Left) e [Maria da Graça Carvalho](#) (PSD/PPE), o que perfaz um total de, até à data, 16 audições num total de 21 Deputados portugueses ao PE.

6. SÍRIA - 10 ANOS DE CONFLITO

No dia 15 de março, assinalaram-se os **dez anos do início de uma onda de protestos pacíficos em toda a Síria**, a que seguiu uma reação repressiva pelo regime sírio, que escalou para um [conflito de dimensões internacionais](#). O Alto-Representante Josep Borrell emitiu uma [declaração](#), em nome da UE, onde se sublinha que “*Nos últimos dez anos, um sem-número de atropelos e violações dos direitos humanos e graves violações do direito internacional humanitário por todas as partes, especialmente pelo regime sírio, causaram enorme sofrimento humano. (...) A crise dos refugiados sírios é a maior crise mundial de deslocação de populações, registando 5,6 milhões de refugiados e mais 6,2 milhões de pessoas deslocadas dentro da Síria (...). Acrescenta-se que a UE “estaria pronta a apoiar a realização de eleições livres e imparciais na Síria, em conformidade com a Resolução 2254 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e sob a supervisão da ONU” e recorda-se que “A 29 e 30 de março, a União Europeia copresidirá, juntamente com a ONU, a uma quinta conferência subordinada ao tema “Apoiar o futuro da Síria e da região”, que terá lugar em Bruxelas e contará com a participação de governos e organizações internacionais, bem como da sociedade civil síria.*”

Importa dar nota de que a [Comissão de Inquérito Independente criada pelo Conselho dos Direitos Humanos da ONU](#) publicou recentemente um [relatório sobre a situação no terreno](#), que importa reter. Ainda neste âmbito, e para complemento desta informação, o *podcast O Estado do Sítio* entrevistou os responsáveis por este relatório, num trabalho disponível [aqui](#).

Finalmente, e com relevância para as relações da UE com esta região, o [Atlantic Council](#) organizou esta semana um [debate sobre a perspetiva de longo termo das relações entre a UE e a Turquia](#). Nesta ocasião, Faruk Kaymakci, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia e Diretor para os Assuntos Europeus, recordou que este país tem o estatuto de candidato à adesão à UE e “*deve ser tratado como tal*”, sublinhando que “*A perspetiva da adesão deve ser reforçada*”. As relações UE-Turquia serão um dos temas do [Conselho Europeu](#) da próxima semana.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

Reuniu no dia 15 de março, tendo [debaticido](#), no formato habitual, o impacto da pandemia em vários setores da economia da área do euro e as eventuais mudanças estruturais daí decorrentes, com base na [nota da Comissão Europeia sobre o tema](#) e o ponto de situação das medidas de apoio orçamental, com destaque para a [estratégia orçamental e a orientação orçamental na área do euro](#) (tendo emitido uma [declaração](#) a este respeito). No formato inclusivo (UE27), os ministros debateram o papel internacional do euro, para a [Cimeira do Euro de 26 de março de 2021](#).

Ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais

Os ministros reuniram no dia 15 para [discutir](#) as **políticas sociais e de emprego, no quadro do Semestre Europeu, no contexto dos planos de recuperação e resiliência**, centrando-se na necessidade de promover a requalificação e a melhoria das competências dos trabalhadores europeus e combater o desemprego jovem; o **Plano de Ação para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, destacando-se o apoio a iniciativas como a [Garantia para a Infância](#) e a [plataforma europeia de luta contra a condição de sem-abrigo](#), apresentando os ministros as suas

políticas ativas relativas ao mercado de trabalho, já em fase de aplicação ou planeamento, no âmbito dos seus planos de recuperação e resiliência.

Foi ainda realizado um **debate de orientação sobre as formas de reforçar a igualdade, a não discriminação e a diversidade** enquanto prioridade política na UE e prestadas informações sobre a Plataforma europeia de luta contra a condição de sem-abrigo, Livro verde sobre o envelhecimento e Integração do envelhecimento, Plano de Ação da UE contra o racismo 2020-2025 e Medidas de transparência salarial vinculativas. A Presidência informou os ministros sobre a adoção, por procedimento escrito, da recomendação do Conselho relativa à igualdade, à inclusão e à participação dos ciganos.

Ministros dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Internos (Conselho Jumbo)

O debate centrou-se nos **aspetos externos da política de migração da UE**, no contexto do novo pacto em matéria de migração e asilo e foi co-presidido pelo alto representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, e pelo ministro da Administração Interna de Portugal, Eduardo Cabrita. Focou-se a migração enquanto elemento importante nas **relações com os principais países terceiros**, formas de desenvolver e **reforçar a cooperação** entre os países de origem, de trânsito e de destino de forma abrangente e mutuamente benéfica, bem como melhorar a coordenação e a cooperação na UE e a importância de dar continuidade a estes diálogos, de forma regular.

A Presidência apresentou ainda uma proposta para lançar um **diálogo abrangente sobre justiça e assuntos internos com os países parceiros no Norte de África**.

Ministros da Saúde

O **plano europeu de luta contra o cancro** foi um dos principais temas debatidos pelos ministros no dia 16 de março, destacando-se os quatro domínios de ação em que se baseia: prevenção, deteção precoce, diagnóstico e tratamento, melhoria da qualidade de vida. Foi ainda salientada a importância da partilha de dados médicos e científicos, sobretudo através do desenvolvimento da digitalização dos serviços médicos, embora garantindo a segurança e anonimização dos dados de saúde.

Os ministros trocaram ainda opiniões sobre a **execução das medidas e políticas de mitigação comunitária contra a COVID-19** em toda a UE e a Presidência forneceu informações sobre o ponto da situação do pacote relativo à **União Europeia da Saúde** e sobre a proposta de regulamento relativo à avaliação das tecnologias da saúde.

Ministros da Economia e das Finanças (ECOFIN)

No dia 16 de março, os ministros trocaram pontos de vista sobre os **desafios para a fiscalidade decorrentes da digitalização da economia**, tendo a Comissão confirmado que está a trabalhar numa proposta legislativa relativa a um **imposto digital**, que servirá de fonte de recursos próprios adicionais para a UE. Foi ainda efetuado um balanço da recuperação económica da UE, e perspetivas futuras, tendo a Comissão apresentado a sua comunicação intitulada **"Um ano após o início do surto de COVID-19: resposta em termos de política orçamental"**, e um balanço da aplicação do **Mecanismo de Recuperação e Resiliência** e dos progressos realizados na ratificação da **Decisão Recursos Próprios**.

A Presidência informou os ministros do acordo já alcançado a nível técnico sobre a estratégia para os pagamentos de pequeno montante, devendo ser adotadas Conclusões (sem debate).

Ministros responsáveis pela proteção do consumidor

Com base na [Nova Agenda do Consumidor](#), as [conclusões do Conselho](#) de fevereiro e a [Cimeira dos Consumidores](#), os ministros apontaram princípios orientadores para **aumentar a resiliência dos consumidores**, intensificando a cooperação entre todas as partes envolvidas e equilibrando os interesses dos consumidores e das empresas. Foram ainda debatidas **melhores práticas** para o funcionamento do Mercado Interno, para tornar a política do consumidor mais efetiva e colaborativa, para uma maior sustentabilidade e um ambiente digital seguro.

Ministros do Ambiente

Reuniram no dia 18 de março para [discutir a Estratégia da UE para a adaptação às alterações climáticas](#), delineando uma visão a longo prazo para que a UE se torne uma sociedade **resistente e plenamente adaptada aos impactos inevitáveis das alterações climáticas** até 2050. Realizou-se uma troca de pontos de vista sobre o papel do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, vocacionado para a transição verde e digital, e o [Semestre Europeu](#), debruçaram-se sobre a [proposta legislativa da Comissão relativa às baterias e respetivos resíduos](#), destinada a alinhar a atual legislação da UE em matéria de baterias com o Pacto Ecológico Europeu, assim como sobre a **estratégia da UE para os produtos químicos** num contexto de sustentabilidade e o **8.º Programa de Ação em matéria de Ambiente**. A Presidência deu nota das negociações entre o Conselho e o Parlamento Europeu sobre a **Lei Europeia do Clima**.

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões Parlamentares](#) e a uma [mini Sessão Plenária do PE](#). Destacamos o **debriefing que a Presidência portuguesa** fará do Conselho Jumbo sobre Migrações e Asilo na [reunião da Comissão LIBE](#) no dia 22 de março.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [24 de março](#), com destaque para a da recomendação de uma Garantia para a Infância e da Estratégia da UE para os Direitos da Criança.

Conselho da União Europeia

A [Presidência portuguesa](#) disponibiliza o [calendário de eventos](#), destacando-se:

- 22.03: [Conselho \(Agricultura e Pescas\); Conselho dos Negócios Estrangeiros; Videoconferência informal de Ministros responsáveis pela Competitividade \(COMPET\) – Mercado Interno e Indústria](#)
- 23.03: [Videoconferência informal dos ministros dos Assuntos Europeus](#)
- 24.03: [Cimeira Social Tripartida](#)
- 25 e 26.03: [Conselho Europeu](#)

Bruxelas | 19 de março de 2021

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

(com Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC)

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).